



18 a 21 de outubro de 2016

**O Congresso deve aprovar uma resolução em defesa da independência de classe.**

Contatos: [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)  
e-mail: [por@pormassas.org](mailto:por@pormassas.org)

**NESTA EDIÇÃO:**

- Congresso deve aprovar um plano de lutas com as reivindicações que unificam os trabalhadores.

# MANIFESTO DA CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO AO 27º CONGRESSO DO SINPEEM

*Os governos retiram direitos e aprofundam o arrocho salarial.*

*Dória (PSDB) ampliará a política de precarização, terceirização e privatização.*

*É preciso responder com a luta unitária e com o método da ação direta!*

*Os trabalhadores devem rejeitar o caminho da conciliação de classes!*

*Camaradas,*

Este Congresso do Sinpeem ocorre numa conjuntura de acirramento dos ataques da burguesia e seus governos sobre os trabalhadores do país. São reflexos da crise do capitalismo.

O golpe institucional que culminou no impeachment de Dilma Rousseff/PT, significou a necessidade da burguesia em colocar no poder do Estado seus representantes. Isso porque o agravamento da crise econômica exige medidas e cortes profundos, que retiram direitos dos trabalhadores. Só um governo orgânico da burguesia poderá desempenhar tal função. Para tanto, esta empreendeu todas as suas forças para esfacelar o PT. Resultado disso foram as eleições municipais. O Partido dos Trabalhadores perdeu muitas prefeituras e cargos de vereadores. O maior exemplo do desgaste do PT, fruto das denúncias de corrupção encabeçadas pela Operação Lava Jato, foi a derrota de Haddad no primeiro turno para João Dória, candidato do PSDB.

O governo golpista de Temer, após as eleições, abriu uma violenta ofensiva contra a

classe operária e demais trabalhadores com os projetos de reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio. A reforma previdenciária servirá para rebaixar a aposentadoria especial dos trabalhadores da educação ao nível da do INSS, igualar homens e mulheres, criar a idade mínima de 65 anos para alcançar o benefício e aumentar os descontos de 11% para 14%.

A reforma trabalhista reaparece com força. A chamada "flexibilização" das relações de trabalho, em pauta desde os anos 1990, deverá ser aprovada agora sob o governo Temer, caso não haja resistência dos explorados. O objetivo é impor o "negociado acima do legislado", expandir a terceirização para todas as atividades, criar contratos de trabalho com redução da jornada, de salários e direitos. Caso seja aprovada, o retrocesso será imenso, os brasileiros serão conduzidos à condição anterior ao governo de Getúlio Vargas. É a CLT que será jogada na lata de lixo.

Aprovação do PL 257 e da PEC 241. Estes projetos apontam, entre outras medidas, para a imposição de limites de gastos

governamentais, resultando na prática em uma desvinculação de receitas. O Ministro da Fazenda do governo golpista, Henrique Meirelles, veio a público dizer que o endividamento do Estado obriga o governo a realizar cortes. Fez a ressalva hipócrita de que a Educação e a Saúde não terão perdas. Um jogo sujo de palavras, pois a destinação das verbas deixará de seguir o percentual determinado em lei, isto é, no caso da retomada do crescimento do PIB, um montante de dinheiro que seria aplicado nesses setores, não será mais. Para onde irá, todos sabem: para bolso dos capitalistas. Trata-se de uma medida para garantir o pagamento da dívida pública.

A reforma do ensino médio também atingirá a rede municipal. Mesmo que existam poucas escolas da Prefeitura dessa etapa, atingirá em cheio os acúmulos, resultará em mais desemprego para os professores, colocará em risco os cursos noturnos e introduzirá precedentes perigosos, na medida em que franqueia espaço para a privatização, por exemplo, como já foi feito em Goiás através das OS.

Com João Dória à frente da Prefeitura a partir de 2017, a tendência é que a linha de ataque aos trabalhadores, que vinha sendo assumida por Haddad, seja mantida e aprofundada. Em sua campanha eleitoral, Dória anunciou que pretende ampliar as privatizações. Pensando no caso da Educação, torna-se possível prever a expansão dos convênios na educação infantil, medida já rechaçada pelos trabalhadores em diversas instâncias do Sinpeem.

A resposta dos educadores deve ser a luta massiva nas ruas. Este Congresso deve aprovar um plano de lutas com as reivindicações que unificam os trabalhadores: em defesa dos salários, dos empregos, dos direitos e das condições de trabalho. A divisão só favorece os governos e patrões. O Sinpeem e a Apeoesp fizeram uma experiência de unidade no dia 26 de agosto, que mostrou o poder que possuem

quando formam uma coluna só: milhares e milhares ocuparam as ruas. Essa experiência deve ser repetida e ampliada para o conjunto do funcionalismo. A CNTE precisa cumprir sua função e encaminhar o combate unitário de toda a Educação no país. A necessidade que se coloca no momento é de constituir uma frente única nacional para enfrentar as reformas e demais medidas antioperárias e antinacionais.

A via da conciliação de classes deve ser rejeitada. A direção do Sinpeem vem aplicando essa linha de confiança nas chamadas mesas de negociação (que só servem para enrolação). Incute na classe a ideia de que a pressão parlamentar traz resultados, o que certamente se intensificará agora, já que o presidente Cláudio Fonseca se elegeu vereador, tendo saído candidato como aliado de João Dória. O que já tem trazido questionamentos e desconfiança nas escolas. Afinal, na próxima campanha salarial, a categoria terá de aprovar uma proposta democrática, que vínhamos defendendo há tempo, que é a do comando de negociação eleito na assembleia, para combater a incômoda situação de ter um aliado do prefeito conduzindo a negociação das suas reivindicações.

Os trabalhadores não podem permitir que a sua luta seja desviada para a lama da politicagem burguesa. Os vereadores votam de acordo com a orientação do poder econômico, votam em função de seus interesses de classe exploradora. O Congresso do Sinpeem deve aprovar uma resolução em defesa da independência de classe e de nenhuma conciliação com os governos da burguesia. Os trabalhadores devem confiar em suas próprias forças, lutando no terreno onde podem conquistar vitórias, que é através do método da ação direta, ou seja, das assembleias, dos atos de rua e das ocupações. É com essa orientação geral que a Corrente Proletária na Educação comparece ao 27o Congresso do Sinpeem, é ao redor desse programa que chama os delegados a cerrarem fileira!